

PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE PARA A ALDEIA
DE MIRATU

I - HISTÓRIA DO GRUPO

Vivem hoje cerca de 260 índios Miranha na aldeia de Miratu, no lago do Uarini, município de Tefê. Os membros deste grupo, constituído por 36 famílias, são produtores rurais, principalmente de farinha de mandioca e castanha. Está ainda vivo em sua memória social o impacto da sociedade nacional através da frente extrativista da borracha. Sabe-se também, através de relatos dos próprios Miranha e diários de cronistas que viajaram pela Amazônia Ocidental, que muitos membros deste grupo, assim como de outras nações hoje já inteiramente extintas, como os Juris e Passê, foram escravizados e mortos por comerciantes que a partir do século XVIII se estabeleceram na região do Solimões e Japurá.

Von Martius, em 1820 estimou seu número em cerca de 6000, como "a tribo mais numerosa e populosa de toda a bacia do Japurá". Habitavam então "desde o rio Cahuanari, a oeste, entre o Içã e o Japurá, e o rio dos Enganos, e, portanto, sobretudo ao lado meridional do Japurá. Segundo o tupixaba Manoel, eles ocupam as matas a quinze dias de viagem do rio para o interior, isto é, 50 léguas de extensão" (Spix e Martius: "Viagem pelo Brasil").

Outro autor a falar dos Miranha é o naturalista Henry Bates, que, contando sua estadia em Ega (hoje Tefê), entre 1950 e 1959, diz:

"Muitos dos índios de Ega, inclusive todos os criados de servir, eram selvagens trazidos dos rios vizinhos: o Japurá, o Içã, o Solimões..." indivíduos de pelo menos 16 tribos diferentes, quase todos vendidos ainda crianças pelos chefes nativos".

O etnólogo alemão Koch-Grumberg também conta sobre os Miranha:

"Já desde o século XVIII sofreram os Miranha perseguição dos portugueses, os quais ainda hoje muitos deles seguem como escravos na colonização do Amazonas até Manaus, na velha barca do rio Negro. Este rapto foi ainda favorecido pelo comércio reprovável de homens. O comércio estimulava os Miranha até os dias de hoje a oferecer como prisioneiros de guerra os seus próprios filhos. Estes eram vendidos a colonos e comerciantes para operar ferramentas européias. Então, encontra-se hoje, os Miranha em colonias do Japurá, Tefê, Coari, e outros locais da Amazônia, como domésticos. Lá se distinguem pela grande observação

quiosidade, inteligência e excelente qualidade de caçadores. Os Miranha foram transportados para os afluentes do sul do Amazonas: Purus, Juruã, Jutaí e outros, porque os senhores tinham dificuldade de transportar até lá trabalhadores brasileiros para a borracha..." ... "Encontrei pela primeira vez alguns Miranha como escravos na extração Colombiana do caucho em abril de 1905".

Segundo relatos dos próprios Miranha, até aproximadamente 1920 o grupo viveu no rio Cahuianari, afluente do Apaporis, afluente do Japurã. Eram perseguidos por "peruanos caçadores de índios", e empregados com condições desumanas de trabalho na extração da sorva e do caucho. Fugiram para um lugar do rio Japurã de nome Samaúma. O tuchaua àquela época chamava-se José Trovão e desceu o Japurã em busca de terras para os Índios morarem. Descobriu boa terra e castanhais no lago do Uarini, e foi chamar os Miranha. Cerca de 50 Índios instalaram-se aí, aonde vivem ainda hoje. Apesar da reserva ter sido delimitada pelo antigo SPI, contam os Miranha que Isidoro Sampaio, inspetor de Índios, arrendou o terreno para a família Mota, os comerciantes mais ricos da região. Antonio Mota "botou" o barracão dentro da aldeia, e José Trovão só permitia que a castanha fosse vendida para esta família. O sucessor de José Trovão como Tuchaua foi Joaquim Diogo, que passou a vender a castanha e a farinha e comprar mercadorias de outros comerciantes do lago do Uarini, adquirindo assim maior poder de manipulação sobre os preços. Após a morte, contudo, de um terceiro Tuchaua; Gregorio Monteiro, durante uma forte epidemia de catapora e febre amarela, por volta de 1950; o grupo desestruturou-se, ficando cerca de doze anos sem liderança. Durante este tempo, os Miranha se viram totalmente submetidos aos comerciantes locais, e suas terras eram frequentemente invadidas, sendo utilizada inclusive força policial. Desorganizados, não podiam resistir à exploração econômica e social. O fato de serem Índios agravava a situação precária em que viviam, dada a grande discriminação étnica na região. Em 1962, portanto, o terreno estava "sem dono". O INCRA, com sede em Tefé, passou a dar titulação de poder a terceiros, sem a devida fiscalização na área, mediante apenas o pagamento de uma taxa. Tal fato levou os Miranha a se reunirem. Adriano Pereira Cordeiro, eleito Tuchaua, foi à delegacia da Funaj em Manaus e verificou que a titulação de propriedade da terra fornecida pelo INCRA era ilegítima, pois a aldeia de nome Miratu constava dos registros do antigo SPI.

A partir de então, a comunidade passou a se reunir frequentemente com o objetivo de discutir os principais problemas e buscar solução

para eles. Esta organização espontânea do grupo foi incentivada com a atuação do MEB, a partir de 1964.

O MEB (Movimento de Educação de Base) de Tefê, desde então atua na região com os objetivos de grupalização, alfabetização, suplência, suprimento e qualificação; procurando assim "despertar o homem para seus problemas", conforme afirmou sua atual coordenadora, Dirce Batalha Marinho. Tem ministrado cursos radiofônicos de alfabetização, formação de liderança, educação sanitária, sindicalismo, etc. Visita mensalmente as 40 comunidades de sua jurisdição, realizando cursos intensivos de formação de lideranças, tendo treinado dois monitores da própria comunidade de Miratu que alfabetizaram toda a população adulta e têm mantido desde aquela época cursos de Mobral, Supletivo e primário (para as crianças). Estes monitores, porém, recebem apenas uma gratificação irrisória do MEB (quinhentos cruzeiros mensais no ano de 1980) e por isto necessitam trabalhar para a subsistência, prejudicando assim os cursos.

A Prelazia de Tefê, a partir de 1970, quando aderiu à "opção preferencial pelos pobres", traçada no documento de Medellín, iniciou os cursos de formação de agentes pastorais e comunidades eclesiais de base, de caráter bastante progressista.

Foi formada, desta forma, uma liderança representativa dos interesses da comunidade como um todo, que transforma as reuniões semanais em um debate intenso de seus problemas. Como principais líderes, temos: Adriano Pereira de Souza (antigo Tuchaua), Lino Pereira Cordeiro (atual Tuchaua), Tereza Canayo Perez (monitora), Santiago Perez (monitor), Manoel Marques Lopes (animador de comunidade e agente sindical), Laura Cavalcante (catequista), Gregorio da Silva Monteiro, e muitos outros membros ativos da comunidade.

Os Miranha, porém, assim como toda a população das margens do lago do Uarini; coletores de castanha e produtores de farinha de mandioca brava, conhecida como "farinha do Uarini e (muito apreciada em toda a região até Manaus); continuaram submetidos aos comerciantes locais, que financiavam o trabalho mediante o fornecimento de mercadorias a crédito ("fiado"). Entre estes, temos João Gomes, Hermogenes Martins de Goes, José Batista, Chico Rezador, Valdelírio e Luís Bernardino, que possuem barcos através dos quais podem transportar mercadorias compradas em Manaus a preços duas vezes mais baratos do que vendem no Uarini,

e comprar os seus produtos (principalmente farinha e castanha) pela metade do preço pelo qual vendem. Esta dependência era agravada pela antiguidade da dívida.

Em maio de 1973, o padre Francisco Bazelmans de nacionalidade holandesa, nomeado pároco da Vila de Maranhão (no lago Uarini) em 1969, comprometeu-se a pagar os débitos dos habitantes do Uarini com os comerciantes locais caso trabalhassem nos campos de uma cooperativa presidida pelo próprio padre Francisco durante 5 anos, entregando a estes todos os seus produtos. Os "fregueses", comunicados pelos comerciantes, consideraram-se livres do débito. Mas não aceitaram as condições de trabalho desumanas impostas pelo padre. Este, por sua vez, não pagou os comerciantes ao se ver sem pessoas para trabalhar em "sua" cooperativa. Os produtores do Uarini, entre eles os Miranha de Miratu, viram-se, desta forma, "livres" de sua dívida contraída com os comerciantes locais até fins de 1972. Como não tinham outra forma de colocar seus produtos no mercado, nem de obter mercadorias, continuaram porém, a contrair dívidas anotadas nos "borradores" dos comerciantes. Mas a partir de então, não tinham apenas um patrão e podiam vender a quem pagasse mais, entre os comerciantes.

A partir de 1975, a política do governo passa a favorecer o pequeno agricultor. O mini produtor da região podia então obter financiamentos para a farinha de mandioca, mesmo sendo posseiro, se obtivesse carta de anuência do proprietário da terra. No caso dos Índios, o Tuchaua ficava habilitado para assinar tal carta. Em 1980, dos 50 homens trabalhando no Miratu, 21 haviam obtido financiamento para a cultura da mandioca e entre estes 7 também para a malva. Os juros, contudo, de 13% em 1976, subiram para 23% em 1978 e para 35% em 1981. Os Miranha afirmam que apesar da entrada do dinheiro pelo Banco do Brasil ter dado maior margem de liberdade em relação ao comerciante, acabou funcionando como tivessem trocado de patrão, pois além dos juros serem altos, gastam muito dinheiro com transporte até Tefê, que fica a oito horas de "Recreio" (nome regional dos barcos pertencentes aos comerciantes que transportam passageiros e mercadorias). Perdem, assim, também tempo de trabalho, gastando além disso grande parte do dinheiro em comida em Tefê. Como se não bastasse, frequentemente o banco não paga no dia mercado e os produtores devem voltar várias vezes a Tefê para o recebimento do dinheiro.

A EMATER (antiga ACAR-AM) tem a função de dar assistência técnica

ca aos médios, pequenos e mini produtores rurais, e da elaboração dos projetos de financiamento. Das 4 visitas ao local que os técnicos (na sua maioria agrônomo) se obrigam a fazer ao local, dão no máximo duas. Ensinando técnicas exógenas, de pouca utilidade para os produtores da região, aprendem com estes sua técnica tradicional, de produção de farinha, aplicando-a em suas propriedades de tamanho médio. Além disso, tem incorrido em falhas profissionais como o fornecimento de sementes estragadas de malva que levaram os mini produtores de Miratu ao prejuízo: na hora da visitação realizada pela própria EMATER, sendo verificado que as sementes não haviam brotado, foi recomendado que o banco não fornecesse a segunda parcela do financiamento.

Fundada em 1972, a filial de Tefé da cooperativa de produtores rurais, sediada em Manaus, tem o objetivo de comercializar a produção agrícola da região, transferindo-a a preço de custo. A "sobra" (ou lucro) deveria ser distribuída aos associados proporcionalmente ao que entregasse. Ocorre, porém, segundo os Miranha, que se há "sobra" na venda de alguns produtos, ela serve para cobrir o prejuízo de outros. O restante da "sobra" paga os salários do pessoal administrativo da cooperativa, ou distribuída entre os produtores médios, muitas vezes funcionários da EMATER.

Por outro lado, como em toda a Amazônia, a região se encontra ameaçada da invasão dos grandes grupos econômicos que tem por objetivo o lucro. A SOCFINCO DO BRASIL, por exemplo, tem há cinco anos obtido informações sobre a área que vai de Tefé a Miratu, através de levantamento. Pretendem implantar a cultura de dendê na área que abrange aproximadamente a metade do tamanho do Projeto Jari. Isto ainda não foi efetivado por causa de impecilhos criados pela Prelazia de Tefé. Comenta-se, porém, na cidade, que o governo do Estado está pretendendo assumir um processo de colonização com financiamento do Banco Mundial e que a SOCFINCO do Brasil estaria por trás disto.

Outra empresa, a CIANÉ (Companhia Nacional de Estamparia) comprou uma área que inclui todo o rio Tefé, à qual vem depredando (peixes, tartarugas, madeiras de lei). Alega que implantará um projeto de extração de borracha que exige o plantio de seringueiras. Tem ocorrido denúncias que tal empresa não permite que a população, antiga moradora e expulsada de lá, se aproxime da área.

II - ATIVIDADES ECONÔMICAS DO GRUPO*

A área de 7.625 hectares ocupada pela aldeia de MIRATU é utilizada de acordo com as atividades exercidas pelo grupo: Agricultura, coleta, pesca, caça, atividades criatórias. As principais atividades a que se dedicam os Miranha são a cultura da mandioca e a coleta da castanha, cujo excedente vendem aos comerciantes locais. As outras atividades são destinadas ao consumo da comunidade.

Conhecem a agricultura de coivara, e as roças são de propriedade particular das famílias, por elas próprias cuidadas e mantidas. A mandioca é o principal produto cultivado e fundamental na dieta alimentar do grupo, sendo cultura de mais de um ciclo. Cultivam, paralelamente, feijão de praia, milho, cana, café, arroz, girimum, carã, tabaco e várias frutas.

As famílias cultivam duas ou mais roças de mandioca. São plantadas a cada ano, ou em um mesmo ano, em períodos diferentes, para combater a queda de produtividade da terra. Geralmente, a derrubada da mata é entre os meses de junho e julho, a queima em agosto, o plantio a partir de setembro. Ocorrem frequentemente variações, por causa das chuvas. As roças se localizam em locais altos, longe das enchentes, que se dão de dezembro a março. As primeiras roças são plantadas próximas às casas, mas afastam-se à medida que a terra vai se cansando, prejudicando-se assim a produtividade, por ausência de meios de transporte.

Das várias etapas componentes da Coivara, apenas a derrubada é trabalho exclusivamente masculino. As demais são executadas por ambos os sexos, e recorre-se também ao trabalho infantil. São utilizados como instrumentos agrícolas a enxada, o machado e o terçado.

Atualmente todas as 36 famílias tem Casa de farinha, com o forno, e quatro tem o motor para secar a farinha. Produzem no Miratu a farinha d'água, (que pode ser a "especial", amarela e conhecida como farinha do Uarini; e a "comum", feita com a chamada "mandioca passada", pois a farinha ficou na água por mais de 3 dias) - a mandioca colhida é posta de molho na água da beira dos igarapês, para fermentação. No

(*) Foi utilizado para este item, além de observações pessoais, o relatório da antropóloga Silvia Tafuri, apresentado à FUNAI em 1977 (tendo sido este relatório discutido e atualizado em reunião com a comunidade dia 28 de fevereiro de 1981).

quarto dia, a mandioca é descascada, amassada, seca, peneirada, e, finalmente, torrada em fornos de barro. Produzem também a farinha de tapioca e a farinha de 'curuliro'.

A farinha de mandioca, "especial" ou "comum", cuja produção se destina principalmente ao mercado, é condicionada em sacas, pesando aproximadamente 60kg cada uma. Sua produção é em geral "financiada" antecipadamente em dinheiro pelos comerciantes, com o qual os Miranha compram os gêneros necessários à sua sobrevivência, como o açúcar, o leite, o sal, o querosene, remédios e roupas, que não são necessariamente vendidos pelo mesmo comerciante que comprou antecipadamente a farinha. Tal relação cria grande dependência em relação aos "patrões" tal como ainda são chamados pelos "fregueses". Esta sujeição, apesar de ter sido atenuada pelo financiamento do banco, conforme contam, permanece, só que agora servem a dois "patrões": o "regatão" e o banco.

O trabalho é realizado pela unidade familiar, ou seja: por homens, mulheres e crianças. As roças são familiares mas praticam largamente a troca de trabalho, ou AJURI, costume que constitui tradição em toda a região. Segundo o atual Tuchaua Lino Pereira Cordeiro, existem roças de tamanhos diferentes (de 1 a 6 hectares) porque o que se troca é o resultado do trabalho em produtividade e não o tempo ou o preço do trabalho. Dependendo da ambição ou necessidade de cada família, assim as roças são de tamanhos diferentes. Mesmo após a entrada dos financiamentos, não se utiliza o trabalho assalariado, porque o necessário é vencer as etapas da roça: ~~desmatamento~~, derruba^{de madeira}, plantio, capina e colheita, e o AJURI como trabalho coletivo é mais conveniente para a superação destas etapas.

A coleta da castanha é responsável, junto com a mandioca, pela sobrevivência do grupo. É realizada durante os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, com a participação de toda a comunidade. Paralelamente dedicam-se à caça. O castanhal, no "centro" (da mata), é propriedade coletiva dos moradores e é nativo. A atividade é iniciada após a limpeza do terreno ao redor das árvores e abertos os varadouros entre a Aldeia e os "pontos" (local de estoque da castanha coletada). Durante os 4 meses da coleta, as famílias mudam para o "centro". Ao longo do castanhal, encontram-se vários "tapiris" (barracos onde moram as famílias apenas durante este período). Eventualmente, as famílias retornam à aldeia, para a compra de mantimentos. Como o castanhal é muito distante da Aldeia (aproximadamente três horas e meia de cami

nhada ininterrupta), e os "pontos" nem sempre são próximos deles, os Miranha são obrigados a percorrer grandes distâncias, carregando toda a produção nas costas, em cestos. Por este motivo, quando o preço da castanha está baixo, como no início do ano de 1981, os Miranha preferem se dedicar exclusivamente à agricultura, fonte mais certa de rendimento. Quando, porém, eles consideram conveniente ir ao "centro" coletar castanha, a produção soma 200 hectolitros/ano, total equivalente a 1.000 latas. Em média, um homem adulto junta e quebra 4 latas diárias.

Coletam também frutas, cocos, mel e cera de abelha; barro para utensílios domésticos; cipós, fibras; cascas; breu; genipapo; folhas de palmeira; cuias, sementes e contas.

As árvores são propriedade coletiva dos moradores, e seu abate é permitido apenas para o seu uso, sempre que seja necessário, não havendo nenhum tipo de comércio de madeira. Para o abate, se utilizam do machado, roladeiras, e a força física, também responsável pelo transporte da madeira até as casas.

A pesca é geralmente atividade individual no máximo em dupla, e sua função é o consumo familiar. Apesar de ser atividade predominantemente masculina, a pesca é praticada também por mulheres, em locais próximos à Aldeia. Usam anzol, flecha e pesca de "facho", assim como a "armadilha". Os locais de pesca são comuns a todos, não há posse deles por nenhum indivíduo. Os peixes mais frequentes são Tambaqui, Pirarucu, Tucunaré, Pescada Branca, Curimatã, Matrinchão, Jaraqui, Mandi, Piratipinga, Sardinha, Cuiu-cuiu. Pescam também Tartarugo, Tracajã e Cabeçudo.

A comercialização dos peixes é feita de forma direta e sempre entre os moradores da aldeia. Quando a pesca é em dupla, os pescadores reservam sua parte do produto e vendem o restante aos moradores. A transação tanto pode ser por troca, como a dinheiro.

A escassez dos peixes no lago e igarapês é cada vez maior. Os moradores denunciam barcos pesqueiros, vindos de Manaus, invadindo o rio Uarini, onde a pesca em caráter comercial é proibida, inclusive no período das cheias, quando esta atividade pesqueira é altamente predatória, visto que os peixes se encontram ovados. Eles podem se esconder para longe dos pesqueiros, mas quando isto ocorre não desovam, estando assim em processo de extinção.

A caça é de atividade exclusiva do homem e em geral praticada individualmente. Utilizam espingardas de modelo antigo, "de encher pela boca", e fazem arnadiilhas, que consistem em buracos no chão, cobertos por trançado de cipó e mato. Atualmente a escassez de caça é grande e deve-se a incursões de caçadores brancos, que invadem a área, para a captura de animais: tanto para carne como para pele, em comércios ilegais. Esta escassez tornou a caça uma atividade complementar, sendo ela substituída quase totalmente pelo peixe. Entre os animais mais frequentes, temos a anta, o queixada, o macaco, tatu, veado, cotia, lontra, jacaré, caititu, mutum, nhambū, arara e capivara.

A finalidade básica da criação de animais é o consumo. Atualmente, 14 famílias criam porcos, 6 famílias criam ao todo 25 cabritos, 6 criam patos, no total de vinte, e existem seis cavalos na aldeia, de propriedade individual.

Quanto à assistência à saúde, ela é bastante precária. Quando a doecem, compram remédios com o padre Francisco na Vila do Maranhão, ou, quando o caso é grave, vão a Tefé, onde os médicos do único hospital são proprietários das duas farmácias existentes, e receitam os remédios que comerciam. As principais doenças em Miratu são: malária, vermes, gripe, meningite, problemas ginecológicos, reumatismo, diarreia, doença de nervos, e o mal de Hansen (a antiga lepra, hoje já praticamente erradicada).

III - PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE

A comunidade, desde 1962 se reúne regularmente aos sábados, quando discute seus principais problemas e as soluções para os mesmos, sob a liderança do antigo Tuchaua Adriano Pereira de Souza (ainda vivo). Há cerca de quatro anos, e principalmente a partir do ano passado, quando foi eleito para Tuchaua Lino Pereira Cordeiro, tem sido sugerida e discutida a proposta de vender o excedente comercializável não mais aos comerciantes e regatões do Uarini, nem em Tefê ou no Solimões, onde os preços são controlados pelos comerciantes que dominam a política local e manipulam os preços. A proposta tem sido vender a produção diretamente em Manaus, onde seria obtido o dôbro do dinheiro que obtêm vendendo em Uarini ou em Tefê, e as mercadorias necessárias à sobrevivência da comunidade custariam duas vezes mais barato. Sendo a produção mensal de farinha de mais ou menos 140 sacas por mês, numa média de 8.640 kg, o ideal seria "segurar a produção" até outubro, quando os preços são mais favoráveis.

A produção de castanha soma duzentos hectolitros/ano. Não tem sido conveniente esta coleta, pois, como o castanhal fica muito distante da aldeia e a população não dispõe de bestas de carga, é mais oneroso ao grupo do que a produção de farinha do Uarini, apreciada em todo o estado.

A comunidade tem, porém, encontrado obstáculos para levar à frente este movimento, pois não dispõe de meios de transporte fluviais, como um barco que possibilite o escoamento da produção sem recorrer ao pagamento de frete aos comerciantes, que criam problemas à comercialização direta por parte dos produtores. Além disso, a comunidade ainda depende economicamente dos comerciantes, para a sobrevivência de suas famílias, sendo impossível realizar o estoque da produção que garantiria melhores preços para o produto de seu trabalho e consequentemente melhores condições de vida para as famílias.

Apesar das dificuldades, dia 12 de abril de 1981 os Miranha venderam em Manaus 3 toneladas de farinha "especial", transação que segundo o Tuchaua Lino Pereira Cordeiro estimulou bastante os membros do grupo a levar à frente o movimento. Para transportar as mercadorias, porém, pagaram frete no "recreio" de um comerciante.

Este ano os Miranha não consideraram conveniente adquirir financiamento do Banco do Brasil para a mandioca e para a malva, pois os ju

ros subiram para 35% e o empréstimo não se torna compensador porque gastam muito dinheiro e tempo de trabalho para negociar com o banco e com a EMATER em Tefê. Julgaram os Miranha que não valia mais a pena ter o banco como "patrão", transferindo suas dívidas com os comerciantes para ele. Sofreram, por isto, represálias por parte de um funcionário da EMATER, que cortou o fornecimento de sementes destinadas a projetos comunitários.

O movimento visa também a garantia da propriedade da terra delimitada pelo antigo SPI e cujos marcos os Miranha reforçam todos os anos, através do trabalho de limpeza da linha divisória de sua área, formando turmas de trabalho com este fim. Pretendem, assim, defender sua terra de invasores, sejam estes regionais vizinhos ou extraregionais, como madeireiros e empresas que cobiçam este território.

Acrescente-se que este movimento pode encontrar como aliadas três outras comunidades indígenas do município, as aldeias de Méria (Miranha), Marajaí (Maiuruma) e Jaqueri (Cambeba), localizadas próximas à cidade de Alvarães, localizada no Solimões, entre os Lagos de Tefê e Uarini. Estas aldeias vivem um momento análogo de discussão e mobilização. No dia do Índio (19 de abril de 1989), houve uma assembléia destas quatro comunidades no Miratu, quando foram discutidas estas questões e o encaminhamento para elas.

É necessário enfatizar que o movimento é encabeçado pelas lideranças Miranha de Miratu: Adriano Pereira de Souza, Tereza Canayo Perez, Santiago Perez, Manuel Marques Lopes, Laura Cavalcante e Gregorio da Silva Monteiro; que apenas tomam decisões após discussões em assembléias ocorridas regularmente aos sábados. O Tuchaua eleito Lino Pereira Cordeiro é o legítimo representante desta comunidade, porta-voz de suas reivindicações e responsável de defender seus interesses perante as instituições e agentes da sociedade nacional.

Este projeto, portanto, tem por objetivo:

1. O maior desenvolvimento da comunidade.
2. Fortalecimento das lideranças Miranha uma vez que são elas que dirigem o movimento.
3. Colocar a produção de uma forma autônoma no mercado.
4. Libertação dos intermediários.
5. Criar condições de garantia da propriedade da terra.

6. A auto-determinação, que passa pela necessidade das lideranças terem recursos de administrar a comunidade.
7. Criar condições para que as outras comunidades indígenas do município também conquistem estes objetivos, atingindo-os em conjunto.

Para dar prosseguimento a este movimento cooperativista nascente, os Miranha necessitam portanto, de apoio financeiro, que reverta para o benefício da comunidade, que não seja fundo perdido; pois dele necessitam para levantar a cabeça diante dos "patrões" que os vem submetendo.

Sendo assim, faz-se urgente e necessária a aquisição pela comunidade dos seguintes itens:

A. Reposição

— Para que seja possível o estoque da produção de farinha e castanha até outubro, quando os preços são mais convenientes, é necessário que a comunidade tenha armazenados os gêneros necessários à sua reprodução durante este período. Para que possam caçar, necessitam também de espingardas e munição. Tanto a reposição dos instrumentos de trabalho como o inflamável para transporte precisam ser também assegurados antecipadamente. Caso contrário, deverão forçosamente vender o produto de seu trabalho para obter estas mercadorias e continuarão submetidos aos comerciantes.

1. MANTIMENTOS

15 sacos de açúcar
 50 latas de querosene
 50 sacas de 30kg de sal
 50 caixas de barra de sabão
 60 kg de sabão em pó
 30 caixas de óleo comestível
 10 sacas de feijão
 10 sacas de arroz
 20 pacotes de fósforos

2. MUNIÇÃO

30 espingardas
 50 caixas de cartucho 20
 20 caixas de cartucho 16
 30 caixas de espoleta tipo 60

80 kg de chumbo tipo 35

50 kg de pólvora

3. INSTRUMENTOS AGRÍCOLA:

50 terçados 129

50 machados

50 enxadas

15 fornos para torrar farinha

15 bancadas para casa de farinha

10 moto-serras

10 enxô-goiva

4. INFLAMÁVEL

Gasolina comum - 1.500 litros

Óleo diesel - 1.000 litros

Óleo lubrificante 30/40 - 300 litros

B. Remédios

Como na região os remédios não são dados seja pelo padre do ni, seja pelos médicos de Tefê, eles necessitam:

Cibalena

Melhoral

Tetrex APC

Elixir paregórico

Biotônico Fontoura

Leite de magnésia

Iodo

Violeta de genciana

Revenil

Ecasil

Tensil

Eretromidina

Escabiol

C. Meios de Transporte Terrestre

São necessários meios de transporte terrestres para a reati da coleta da castanha, sem os quais a grande distância que separa castanha da aldeia leva os Miranha a se dedicarem a produzir par venda exclusivamente a farinha.

3 burros
10 éguas
06 jumentos

D. Meio de Transporte Fluvial

Como os comerciantes controlam os meios de transporte fluviais, torna-se necessária a aquisição de um barco, sem o qual é impossível o controle da comercialização pelo grupo do resultado de seu trabalho. É sugestão dos Miranha que este barco pode ser utilizado para transporte das mercadorias produzidas pelas outras três comunidades indígenas do município (Marajaí, Jaqueri e Méria).

01 barco montado com capacidade para 8 toneladas
01 motor IAMAR de 25 HP (de primeira mão)
- Óleo diesel - 4.000 litros -

PRISCILA FAULHABER BARBOSA, atualmente cursando o Mestrado em Antropologia na Universidade de Brasília, que realizou durante fevereiro e março um levantamento para redação de projeto de tese entre os Miranha, redigiu estas reivindicações dos Miranha. A antropóloga se dispõe também a auxiliar o grupo no que lhe for solicitado e estiver no seu alcance realizar; como a responsabilidade da redação de relatórios sobre a realização do projeto; embora o mesmo tenha sido proposto, discutido, idealizado e liderado por membros da própria comunidade Miranha.